

As “pessoas” na obra de Antônio Torres

SUSANA RAMOS VENTURA

UNIFESP



O primeiro encontro com o escritor Antônio Torres ocorreu durante a realização do encontro “Violência e Literatura” ocorreu em novembro de 2008 em São Paulo. Da entrevista que então realizamos com o autor sobre sua obra e da mediação da mesa de escritores que teve como convidados o próprio Antônio Torres e Ignácio de Loyola Brandão restou o desejo de continuarmos o diálogo. Como resultado surgiu a entrevista a seguir, realizada especialmente para o número 3 da Revista *Navegações*, e que teve como ponto de partida o livro *Sobre pessoas* (Belo Horizonte: Editora Leitura, 2007) – um delicado painel sobre pessoas marcantes na vida de Antônio Torres e também significativas para as sociedades brasileira e portuguesa:

■ Antônio, gostaria de começar por *Sobre pessoas*, de 2007. Parece-me um livro de gênero híbrido, como indica o subtítulo “Crônicas, perfis e memórias”. Nele você dialoga com várias das pessoas importantes de sua vida. Pode me falar sobre a gênese deste livro?

□ Foi uma proposta da Editora Leitura, de Belo Horizonte, que vem publicando uma série de livros de cronistas (entre eles, a carioca Marina Colasanti, os mineiros Alcione Araújo e Carlos Herculano Lopes, os gaúchos Moacyr Scliar e Fausto Wolff, o paranaense Miguel Sanches Neto). Ao começar a fazer a seleção das crônicas entre as que eu havia publicado ao longo do tempo, me dei conta de que praticamente todas eram *sobre pessoas*. Ao falar disso ao editor, ele disse: “Pronto, o título já está resolvido”. Então, por causa do título, decidi escrever alguns perfis e memórias para ampliar o espectro da proposta inicial.

■ Pareceu-me particularmente interessante o diálogo que, em *Sobre pessoas*, você estabelece com Alexandre O’Neill e com a obra do autor – ao fazer questão de reproduzir/transcrever a própria escrita de O’Neill em seu livro você trata de dar relevância à obra de um autor desconhecido do público brasileiro. Neste momento o que falou mais alto - o desejo de compartilhar com seu público leitor a leitura do poema de O’Neill ou o exercício do

papel do escritor como mediador cultural num país como o Brasil?

□ O poeta português Alexandre O’Neill foi um irmão mais velho e mentor literário, ao tempo em que vivi em Portugal (1965-1968). Ao preparar um livro *sobre pessoas*, não poderia me esquecer dele. Sim, além de pagar-lhe um tributo, mesmo póstumo, tive também o desejo de divulgar um pouco a alta qualidade de sua poesia, ainda desconhecida no Brasil. O estranho é que Portugal, que investe pesado no patrocínio de seus autores neste lado do Atlântico, ainda não o tenha incluído em suas co-edições brasileiras, já que os nossos editores não o bancam *porque poesia não vende, porque ele é desconhecido*, porque não querem e pronto. Eu, de minha modéstia parte, continuarei divulgando-o, se para tanto não me faltar o engenho e a arte.

■ Qual você pensa ser o papel social do escritor no Brasil que você vive como escritor?

□ Sim, vivo de escrever e falar sobre isso, por todo esse imenso país. Mesmo assim, não tenho uma idéia clara sobre o papel social do escritor, hoje. Parece-me até que os escritores estão descrentes do seu próprio papel na história contemporânea. Já não há mais lugar para o escritor como figura pública, como no tempo de Érico Veríssimo e Jorge Amado. Agora, entre famosos e anônimos, busca-se o mesmo: o mercado. É o que me parece, mas estou aberto às opiniões em contrário.

■ Como tem sido a recepção do público a *Sobre pessoas*?

□ O livro teve pouca divulgação, não sei se porque foi publicado fora do eixo Rio-São Paulo, ou porque o título e o conteúdo não ajudaram. Então, a recepção tem sido discreta, muito abaixo dos meus romances e, até, de um livro para crianças (*Minu, o gato azul*), que publiquei pela Editora Rocco, também em 2007.

■ *Sobre pessoas* é um livro em que a forma é muito inovadora – é crônica mas também é memória, ao mesmo tempo em que incorpora, por exemplo, a citação do belo poema de Alexandre O’Neill. Eu particularmente gostei

imensamente dele e imagino que seja um livro cujo conhecimento cresça ao longo dos anos. Terá de ser descoberto pelas pessoas... E quanto a Minu, o gato azul, como foi a experiência de escrever para crianças?

□ Não foi nada fácil. Sabia disso, por uma tentativa anterior, a convite do editor mineiro André Carvalho, no bojo do sucesso dos livros infanto-juvenis do Wander Piroli (*O menino e o pinto do menino* e *Os rios morem de sede*), que ele vinha publicando. O André me pediu para escrever uma história para crianças e escrevi o conto *O dia de São Nunca*, concluindo, ao terminá-lo, que não era propriamente infantil. Ele relutou, mas acabou aceitando os meus argumentos. Enquanto isso, o conto ganhava outros rumos: saiu no Rio, na revista *Ficção*, e em Buenos Aires, numa antologia de autores brasileiros publicada pela Editorial Sudamericana, vindo depois a figurar no livro *Meninos, eu conto*, da Record. Portanto, sabendo das minhas dificuldades com a literatura infantil, relutei muito diante do convite de Ana Martins, da Rocco, que foi altamente persuasiva, ao telefone, quando lhe disse que não sabia escrever para crianças. “Sabe, sim” – ela tanto martelou isso que acabou quebrando as minhas resistências. Além do mais, como recusar a convocação para um time que já contava com Fernando Sabino, Lygia Fagundes Telles, Carlos Heitor Cony e Moacyr Scliar? Todos iriam escrever sobre seus bichos de estimação. Qual era o meu? Um gato chamado Minu. E um gato na terceira idade, que vivera seus melhores anos quando havia crianças em casa fazendo dele gato e sapato. Um gato com a memória desse tempo e que, vivendo entre adultos e livros, já sabia até o significado da palavra saudade. Só que a Ana Martins não gostou do texto que lhe enviei, alegando que ainda não estava no ponto. “Eu não lhe disse que não sei escrever para crianças?” – me defendi. “Sabe sim”, ela voltou a dizer, cheia de convicção, e repetiria isso ainda uma vez mais, pois só veio a se dar por satisfeita na minha terceira versão da história. Foi um processo longo, duro. Se arrependimento matasse, eu não estava aqui agora contando isso. E o meu maior arrependimento foi o de ter recebido um adiantamento pelo livro, e que já havia gasto. Mas a edição que a Ana Martins fez, ilustrada pelo brilhante artista gráfico Adriano Renzi, compensou tudo. Epílogo: o gato Minu morreria pouco depois do lançamento do livro nele inspirado. Isso é que foi a parte mais triste da história. Em mim, ficou uma pergunta: “Terá sido por ele não ter gostado da história?”

■ Agora passemos às “pessoas” de alguns dos livros de Antônio Torres. As “pessoas do Junco” estão no centro da trilogia composta por *Essa terra* (1976), *O cachorro e o lobo* (2001) e *Pelo fundo da agulha* (2006). Como foi a criação das personagens de *Essa terra* e a

retomada do contingente humano de Junco nos outros dois romances?

□ A criação do *Essa terra* deveu-se a uma história que me contaram. Depois de ir e vir de São Paulo muitas vezes, um conterrâneo meu, do sertão da Bahia, acabou se enforcando na sala de visitas da casa onde estava hospedado. Fiquei com a imagem do enforcado na memória durante alguns anos. Trabalhava numa agência de publicidade na Avenida Paulista quando surgiu a primeira frase, em forma de diálogo com outra, em contraponto: “Se estiver vivo um dia ele aparece, foi o que eu sempre disse”. “O que foi que o senhor disse?” Pronto: duas vezes, dois personagens em cena, e, logo na primeira fala, era do personagem principal que se estava falando. Ali senti que, de fato, havia começado um romance. Fui em frente. No sétimo capítulo o livro empacou. Então voltei à terra do *Essa terra*, para me situar melhor quanto à pessoa da qual eu não sabia praticamente nada, o cenário, ambiência, ritmos das falas, feições humanas, enfim, tudo o que eu pudesse captar, ao olhar, ao ouvir, ao tocar, ao cheirar. Voltei para o Rio, em vez de São Paulo, para ficar num ponto neutro em relação às duas pontas principais em que o enredo se movia. Um ano depois, empaquei de novo, na metade do romance. Outra volta às origens. Dessa vez, fui mais incisivo: quis saber claramente qual havia sido a história daquele enforcado, mas ninguém queria me contar nada, todos mudavam de assunto. Achei que tinha perdido a viagem, a história. Até perceber que, ao contrário, a havia ganho. Porque a negação dos fatos é que era o fato principal. Porque aquele que vai embora, volta e se mata, mata o sonho do lugar, que é o de partir. Eis aí, em síntese, qual foi o processo criativo do *Essa terra*: cheio de idas e vindas. Ao final, fiquei extenuado, como se tivesse escrito 500 páginas em 100. Acho que ficou visível o esforço de condensação que o livro tem. Coube até, agora, numa ediçãozinha de bolso (BestBolso/Record), publicada recentemente, e que corresponde à 23ª edição nacional (internacionais, são 11). O impressionante é isso: o *Essa terra* não faz a menor concessão ao consumo. No entanto vende bem, desde a primeira edição, em 1976, que foi de 30 mil exemplares. Só lá para os meados da década de 1990 foi que me surgiu a idéia de retomar a estrada São Paulo-Junco.

■ *O cachorro e o lobo* foi publicado vinte e um anos após *Essa terra* e *Pelo fundo da agulha* trinta anos depois do romance inaugural. Quando surgiu o projeto da trilogia? Como foi retomar o Junco e suas “pessoas”?

□ Foi em Copacabana, num dia em que de repente começou a chover. Cheguei à janela e vi que as folhas das árvores se eriçavam, os passarinhos cantavam e do chão, num terreno baldio ao lado e aos fundos do prédio subia um forte cheiro de terra. Então me lembrei de dois versos

de *Ne me quites pas*, de Jacques Brel: "Eu te oferecerei, pelas de chuva, vindas de um país, onde nunca chove". Mas ora! Eu não tinha vindo desse país? Corri para o teclado e bati: "Eis aí. Eis-me de regresso a essa terra de filósofos e loucos..." Aí foi só ir buscar o Totonhim, que no final do *Essa terra* havia ido para São Paulo e nunca mais dera notícias. O que teria sido feito dele, nesses 20 anos de vida paulistana? Foi assim que surgiu a idéia de *O cachorro e o lobo*. Quando o escrevi, não pensava em lhe dar sequencia. Foi um leitor do Rio de Janeiro, o jornalista José Luiz Costa Pereira, que me deu a idéia, dizendo que havia em *O cachorro e o lobo* uma cena que dava outro romance: a da mãe que, aos 75 anos, enfia a linha pelo fundo de uma agulha, sem óculos. "Escreva agora a volta de Totonhim para a mãe", ele sugeriu, já com título e tudo. Ao chegar em casa, nesse mesmo dia, recebi uma carta de um escritor baiano, Aleilton Fonseca – que é professor da Universidade Estadual de Feira de Santana – dando idêntica sugestão: uma terceira viagem de volta. Logo, o *Pelo fundo da agulha*, que fecha a trilogia iniciada com o *Essa terra*, foi escrito sob encomenda de dois leitores amigos, aos quais fiz um agradecimento no livro.

■ Embora na trilogia a cidade e a gente de Junco esteja no centro nervoso da narrativa outros "habitantes" da localidade aparecem em vários outros livros seus como é o caso de *Um táxi para Viena d'Áustria* (1991)...

□ Sempre que recorro a um contra-campo para São Paulo ou Rio de Janeiro, fica mais fácil evocar o meio rural em torno do povoado da minha infância, que afinal hoje já não é mais o mesmo, como se pode ver em *O cachorro e o lobo*. Vai ver você já conhece essa ambientação física e humana melhor do que eu, que já não me lembrava que ela também está presente em *Um táxi para Viena d'Áustria*, um romance urbaníssimo, pós-moderno etc. e tal.

■ Gostaria de tomar agora um outro caminho - falar de seus romances com relações bem marcadas com a História: *Meu querido Canibal* (2000) e *O nobre seqüestrador* (2003). O que o levou a escrever cada um deles?

□ Tudo começou com um livrinho sobre o Centro do Rio que escrevi para uma coleçãozinha sobre os bairros da cidade, patrocinada pela Secretaria de Cultura do Município do Rio de Janeiro. Foi fazendo as pesquisas para esse trabalho que tropecei em personagens históricos que me encantaram. O primeiro deles: Cunhambebe, o meu querido canibal, grande guerreiro de Angra dos Reis, mas cujos domínios iam de Cabo Frio, no litoral do Norte fluminense, a São Vicente, em São Paulo. Ele foi o primeiro chefe supremo da Confederação dos Tamoiós, fundada presumivelmente em 1554 e exterminada em 1567, quando Mem de Sá fez a conquista definitiva do Rio de Janeiro, numa carnificina abominável. O outro

personagem histórico que achei que tinha tudo para render um romance foi René Duguay-Trouin, o corsário de Luis XIV que em 1711 fez o primeiro sequestro do Rio: o da própria cidade, que tomou como refém durante 50 dias, enquanto aguardava o pagamento do resgate para devolve-la a seus habitantes. Foi seguramente o episódio mais dramático de toda a era colonial lusitana. Duguay-Trouin invadiu o Rio – onde era embarcado o ouro das Minas Gerais para Portugal –, com 18 navios, 6 mil homens, 700 canhões e 10 morteiros. Seus soldados saquearam a cidade, em grande baderna. No final, o corsário do rei encheu os navios com 610 mil cruzados (isso era uma montanha de moedas de ouro), 100 caixas de açúcar e 200 bois. Em *Meu querido canibal* e *O nobre seqüestrador* faço uma investigação sobre as origens da violência do Rio (e do Brasil), nos séculos XVI e XVIII. E são eles também romances de aventura, que era o que não faltava no Novo Mundo.

■ Como foi a etapa de pesquisa para esses livros (quanto tempo durou, onde foi realizada, como você sentiu como pesquisador da História do Brasil)?

□ Comecei as pesquisas para o *Meu querido canibal* em 1996, correndo sebos, lendo os relatos dos escritores viajantes do século XVI, conversando com quem já havia trabalhado com o assunto, como o cineasta Nelson Pereira dos Santos, que fez *Como era gostoso o meu francês*, e veio a escrever a orelha do livro, encantadora, por sinal. Dei uma busca no Museu do Índio, no Rio, e viajei muito a Angra dos Reis, subi a serra da Bocaina até a uma aldeia dos índios guaranis lá no topo da montanha, de difícil acesso. Bom, os índios não dominavam a escrita, por isso a história deles é versão dos brancos. Tive que cobrir os flancos da história com imaginação. Afinal, estava escrevendo um romance, que, somando o trabalho de pesquisa com o de redação, durou mais de 3 anos. Já em *O nobre seqüestrador* o problema foi inverso: material demais, aqui e na França. Os franceses me atulharam de livros, referências, viagens, a Saint-Malo, duas vezes e La Rochelle, que têm tudo a ver com a história. Aqui, tive dois orientadores acadêmicos, ambos do departamento de História da Universidade Federal Fluminense: a professora Maria Fernanda Bicalho, que fez a sua tese de doutorado sobre o tempo das invasões francesas ao Rio de Janeiro, e que foi publicada pela Civilização Brasileira (*A cidade e o império*); e o também doutor Paulo Knaus, com sua biblioteca bem fornida com tudo o que é preciso saber sobre o tempo de Luis XIV, a Guerra de Sucessão da Espanha, as guerras de corso etc. Na França, contei com a orientação do professor Laurent Vidal, diretor do Espaço do Novo Mundo da Universidade de La Rochelle. O tempo envolvido nisso é incalculável. O que senti como pesquisador da História do Brasil? Que foram quatro as

chagas do Milênio: a Inquisição, o extermínio dos índios, a escravidão dos negros e o holocausto. O Brasil serviu de pasto para duas delas, você sabe quais. Além disso, a mentalidade que herdamos da era colonial ainda impera na política nacional. Enfim, temos um passado que não só nos condena, como se repete no presente. Basta ver o Congresso que temos.

■ Você comentou que a releitura ficcional de Cunhambebe em *Meu querido canibal* foi importante para os habitantes de Angra dos Reis – pode falar um pouco a respeito?

□ Voltei outro dia a Angra para fazer uma palestra num colóquio sobre cultura e educação. Não tinha nada a ver com Cunhambebe, Confederação dos Tamoios etc. Mas acabou sendo o que mobilizou a platéia. Uma senhora chegou a dizer que compra toda edição do *Meu querido canibal* que sai (já está na 9ª!). Foi também fantástica uma ida minha à Escola Municipal Cacique Cunhambebe, no Frade, onde os alunos fizeram uma representação teatral de um ritual antropofágico e me puxaram para a roda. Sabe que na hora me deu medo de ser devorado? Convidaram um índio de verdade para a cerimônia, mas era um guarani, e guarani que nunca foi canibal. O melhor de tudo, em Angra, foi saber que o Dia do Patrimônio Histórico, 17 de agosto, passou a ser o Dia de Cunhambebe. Foi aí que achei que fez o maior sentido ter tido o meu momento de pesquisador da História do Brasil.

■ Como foi, então, lidar com as “pessoas da História” em *Meu querido Canibal* e *O nobre sequestrador*?

□ Como os historiadores (Rocha Pombo, por exemplo) maltrataram muito Cunhambebe, chamando-o de selvagem repelente, tratei-o, por vingança, como um herói, o nosso primeiro herói, que se orgulhava de ter nas veias o sangue de mais de 5 mil inimigos, a maioria portugueses (Angra gostou disso, Portugal odiou). Procurei construir uma imagem positiva de Cunhambebe, uma pessoa com uma mentalidade política que, vai ver, seria necessária, hoje, pelo menos como idéia de resistência. Já René Duguay-Trouin me encantou pela sua dupla condição: herói na França, vilão no Brasil. E, melhor ainda, mesmo onde era o herói, ele teve um final nada heróico, pois, depois de haver comandado o maior feito da marinha francesa ao tempo de Luis XIV, acabou no mais melancólico ostracismo. Isso me rendeu um capítulo que até me enterneceu, intitulado *Herói na sombra*. Para um ficcionista, não importa muito o que as pessoas foram, mas o que ele pode fazer que elas sejam.

■ Olhando a sua obra como um todo, como tem sido para você a criação de personagens?

□ “Ação é personagem”, já dizia o finado Scott Fitzgerald. Ele criou o Jay Gatsby – e bastava esse, mas não. O Benjamin Button está aí nas telas, para dizer o mínimo. Uma vez me impressionei muito com um personagem de uma peça de Oduvaldo Viana Filho, o Vianinha, *A longa noite de Cristal*, inspirada no episódio da demissão de um locutor de voz de ouro da TV Globo, o Luiz Jatobá. Quando o ator Oswaldo Loureiro, no papel do Cristal, chega à boca do palco com um copo longo de uísque na mão e diz: “Eu conheço mais de duas mil palavras. Mas o que isto me adianta?” levei um susto com a carga emocional por trás disso. O que não imaginava é que esta cena um dia me levasse à construção algo teatral do personagem Gil, de *Carta ao bispo*, um sucesso de crítica, nem tanto de público, e que hoje anda esquecido. Mas cito-o como o meu personagem-síntese, na minha própria avaliação, cuja densidade me fez transpirar muito.

■ Gostaria de encerrar com uma questão sobre o seu site oficial – www.antoniotorres.com.br – e que faz com que sua obra chegue a um número muito grande de pessoas, talvez um público diferente daquele que vai ouvi-lo em encontros de escritores e em palestras. Como tem sido sua relação com esta vitrine virtual do seu trabalho?

□ O meu *site* foi criado pelo jornalista gaúcho Luiz Peazê, da também virtual *Clínica Literária*, que fazia a cobertura da 9ª Jornada Literária Nacional de Passo Fundo, RS, quando o *Meu Querido Canibal* ganhou o Prêmio Zaffari & Bourbon, junto com o *Nur na escuridão*, do catarinense Salim Miguel. Isto foi em 2001. Entusiasmando-se com a repercussão do prêmio, o Peazê me estimulou a fazer uma página na Internet, para facilitar a divulgação do meu trabalho junto a estudantes, pesquisadores, imprensa e navegadores em geral. Ele mesmo viria a se encarregar disso, sem me cobrar nada. Tudo por amor a arte. E sempre que participo de algum evento pelos fundos do país ou do mundo – de Caiena a Toulouse, por exemplo –, percebo a utilidade desse *site*, que está bem municiado de resenhas, entrevistas, textos de conferências, aulas inaugurais, fotos, e, até, de um *clipping* internacional. É fácil de achar também pelo Google e outros *sites* de buscas. Basta pôr meu nome na rede e pronto.

Recebido: 09 de agosto de 2010
Aprovado: 18 de setembro de 2010